



**EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (EAD)  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**DESAFIOS DA GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
EM MUNICÍPIO METROPOLITANO DO ESTADO DO  
CEARÁ**

**HÉLIA MARIA DE ARAÚJO SILVA**

**Fortaleza-CE  
Julho/2014**



**EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (EAD)  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**DESAFIOS DA GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
EM MUNICÍPIO METROPOLITANO DO ESTADO DO  
CEARÁ**

**HÉLIA MARIA DE ARAÚJO SILVA**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida da Silva**

**Fortaleza-CE  
Julho/2014**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**  
**Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)**  
**Biblioteca Setorial Campus Liberdade**  
**Catálogo na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

S578d Silva, Hélia Maria de Araújo.

Desafios da gestão da proteção social básica em município metropolitano do estado do Ceará. / Hélia Maria de Araújo Silva. – Fortaleza, 2014.

29 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva  
Inclui referências.

1. Brasil – política social. 2. Gestão da proteção social. I. Título.

CDD 309.181

---

HÉLIA MARIA DE ARAÚJO SILVA

DESAFIOS DA GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
EM MUNICÍPIO METROPOLITANO DO ESTADO DO  
CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida da Silva

Fortaleza-CE  
Julho/2014

Hélia Maria de Araújo Silva

DESAFIOS DA GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
EM MUNICÍPIO METROPOLITANO DO ESTADO DO  
CEARÁ

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi submetido à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Defesa em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Conceito obtido:  
Nota:

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida da Silva  
ORIENTADORA

Profa. \_\_\_\_\_  
Examinadora

Profa. \_\_\_\_\_  
Examinadora

Dedico este trabalho a Deus e a minha família, em especial minha mãe Gerarda Araújo e meus filhos Charliane e Carlos Emanuel que apesar de serem crianças, me deram o apoio de gente grande por acreditarem em mim.

Ao meu marido Charles, que sempre me incentivou a buscar a realização de meus sonhos, confiante e sempre apoiando minhas decisões.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Jesus, Deus Filho, Autor e Consumador da nossa fé, que nos motiva a caminhar na certeza da redenção de nossas almas.

À minha família pelo apoio e compreensão no período de ausência, durante o percurso do curso.

As amigas e parceiras de viagem, Aldenora Gonçalves, Ediane Sousa e Elissandra Sousa.

Aos colegas de trabalho Cristina Cordeiro, Fátima Gomes, Hélio Tavares, Rosana Brasil, Silvia Helena e Valmir Aragão pelo apoio e contribuições.

A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida da Silva pela orientação e incentivo necessário para a conclusão deste trabalho.

Enfim, para todos que me apoiaram e me incentivaram na prossecução deste Curso.

*“Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.*

*Josué 1:9*



## LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instância Local de Controle Social
IPEA	Instituto de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas
PPA	Plano Plurianual
PSB	Proteção Social Básica
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

## RESUMO

As recentes transformações no âmbito das políticas sociais no Brasil requerem da Gestão Pública nos municípios melhor entendimento dos vários mecanismos, ferramentas que auxiliem ao gestor no desenvolvimento da gestão e concretização do plano de governo municipal com foco no atendimento das demandas prioritárias como saúde, educação, infraestrutura, habitação e assistência social. Nesse contexto, destaca-se a Assistência Social em um dos municípios da região metropolitana de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, que desde a última década apresenta relevante crescimento econômico e desenvolvimento humano. O trabalho tem como objetivo compreender os desafios da gestão da Proteção Social Básica na efetivação da Política Nacional de Assistência Social em um município metropolitano, e como objetivo específico permitir aos gestores e assessores municipais o prévio entendimento dos mecanismos e ferramentas da assistência social necessários a lidar com os desafios da gestão. Como metodologia adotou-se pesquisa exploratória, estudo de caso, de modo a coletar dados que possibilitassem a análise e compreensão dos desafios da Gestão da Assistência Social e como resultado o conhecimento teórico e prático sobre a necessidade do melhoramento da Rede socioassistencial da Proteção Social Básica no âmbito da Política Nacional de Assistência Social no município objeto da pesquisa. Espera-se que este trabalho possibilite a todos os gestores e estudiosos, a fomentação do conhecimento para Gestão da Proteção Social Básica em um dos 184 municípios do Estado do Ceará, fazendo com que o mesmo seja um dos referenciais do emprego da Política Nacional de Assistência Social em nosso País.

**Palavras Chaves:** Políticas Sociais. Assistência Social. Desafios da Gestão.

## **ABSTRACT**

Recent changes in social policies in Brazil require Public Management in municipalities better understanding of the various mechanisms, tools to assist the manager in the development and implementation of the management of the municipal government's plan to focus on meeting the priority needs such as health, education, infrastructure, housing and social care. In this context, there is the Social Assistance in one of the municipalities of the metropolitan region of Fortaleza, capital of Ceará, which over the last decade has significant economic growth and human development. The work aims to understand the challenges of managing the Basic Social Protection in the realization of the National Social Assistance in a metropolitan county, and as a specific objective to allow municipal managers and advisors prior understanding of the mechanisms and tools of social assistance necessary to cope with the challenges of management. The methodology adopted was exploratory, case study, in order to collect data that would enable the analysis and understanding of the challenges of the Management of Social Assistance and as a result the theoretical and practical knowledge about the need to improve the social assistance network of Basic Social Protection under the National Social Assistance Policy in the municipality object of research. It is hoped that this work will enable all managers and scholars, the fostering of knowledge management for the Basic Social Protection in one of the 184 municipalities in the State of Ceará, causing it to be one of the benchmarks of employment of the National Assistance social in our country.

**Key Words:** Social Policies: Social Assistance. Management Challenges.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 Objetivos .....	11
1.1.1 Objetivo Geral .....	11
1.1.2 Objetivos Específicos .....	11
<b>2 CAPÍTULO I POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>12</b>
2.1 Políticas Públicas de Assistência Social .....	13
<b>3 CAPÍTULO II PROTEÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>17</b>
3.1 Proteção Social Básica .....	18
<b>4 CAPÍTULO III APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA .....</b>	<b>23</b>
4.1 Perfil do município objeto da pesquisa .....	23
4.2 Diagnóstico acerca dos serviços e programas de assistência social no município pesquisado .....	24
4.3 Conclusão da Pesquisa .....	26
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As recentes transformações no âmbito das políticas sociais no Brasil requerem da Gestão Pública nos municípios melhor entendimento dos vários mecanismos, ferramentas que auxiliem o gestor no desenvolvimento da gestão e concretização do plano de governo municipal.

Na última década observou-se a preocupação dos gestores municipais em desenvolver políticas públicas eficientes com foco no atendimento das demandas prioritárias como saúde, educação, infraestrutura, habitação e assistência social.

Nesse contexto, destaca-se a Assistência Social no Município que dista 15 km de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, pelo fato do município ocupar a 8ª posição no *ranking* estadual em termos de crescimento econômico e desenvolvimento humano, conforme dados do Programa das Nações Unidas (PNUD) para o Desenvolvimento, Instituto de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E ainda por ser o município de ligação da Capital do Estado ao município Sede do Complexo Portuário do Pecém. Condição está que desde o ano de 2002, tem resultado em impacto direto no município, no que se refere principalmente pelo crescimento populacional, e conseqüente aumento de demanda na prestação de serviços públicos.

A metodologia adotada utiliza-se do método qualitativo, por meio da pesquisa exploratória e estudo de caso, com aplicação de questionário descritivo e específico destinado a técnicos e gestores, de modo a coletar dados que possibilitem a análise e compreensão dos desafios da Gestão da Assistência Social, em específico a Proteção Social Básica no âmbito da Política Nacional de Assistência Social na última década. E como referencial teórico a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, a Resolução

nº 27, de 24 de fevereiro de 2005 que trata do Conselho Nacional de Assistência Social, bem como a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Constituição da República Federativa do Brasil: 1988, e ainda autores como Maria das Graças Ruas (2012), Leonardo Secchi (2010), Luciana Jaccoud (2009), Cristina Almeida Cunha Filgueiras (2009), Bernardo Klikberg (2003), dentre outros autores, no tocante à busca do entendimento dos desafios da Gestão da Proteção Social Básica na efetivação da Política Nacional de Assistência Social em um município.

Espera-se ao concluir a análise, compreender as potencialidades do trabalho, com o intuito de possibilitar aos gestores e estudiosos do assunto, que buscam constantemente meios para elaborar políticas públicas de proteção sociais eficazes, o conhecimento advindo da prática da política de assistência social no que se refere ao atendimento das demandas de assistência social da gestão pública municipal, o bem-estar de seus munícipes e desenvolvimento social de um município. Em suma, tornar público e acessível o conhecimento do trabalho de Gestão da Proteção Social Básica em um dos 184 municípios do Estado do Ceará, fazendo com que o mesmo seja um dos referenciais do emprego da Política Nacional de Assistência Social em nosso País.

Este trabalho apresenta assuntos específicos distribuídos em 03 (três) capítulos, que seguem:

O primeiro capítulo trata da explanação conceitual de políticas públicas no âmbito geral, bem como das políticas públicas de assistência social; o segundo capítulo fala das políticas de proteção social com ênfase na proteção social básica, incluindo os programas e serviços assistenciais.

E ainda o terceiro capítulo trata da apresentação e discussão dos resultados do trabalho de pesquisa e estudo de caso, quanto aos desafios da gestão de proteção social básica, apresenta o perfil do município objeto de estudo, bem como um breve diagnóstico dos serviços e programas de assistência social no município objeto da pesquisa.

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo Geral

- Compreender os desafios da gestão da Proteção Social Básica na efetivação da Política Nacional de Assistência Social em um município metropolitano.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar de forma sucinta e objetiva a definição da proteção social básica, o grau de satisfação das pessoas envolvidas na execução das ações, bem como a relação e importância para Gestão Pública, em específico a Assistência Social;
- Entender o processo de desenvolvimento das ações socioassistenciais no município estudado;
- Permitir aos gestores e assessores municipais o prévio entendimento dos mecanismos e ferramentas da assistência social necessários a lidar com os desafios da gestão.

## 2 CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS

O aprofundamento e expansão da democracia nas últimas décadas ocasionaram grandes mudanças no cenário político com reflexo direto na sociedade. O Estado, independentemente da instância, municipal, estadual e federal foi incumbido de tomar decisões que resultem em políticas públicas, cuja função primordial seja de garantir segurança e bem-estar, encontrando soluções para os conflitos e problemas enfrentados pelas pessoas e comunidades.

Para tanto, o Estado necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas específicas, tais como saúde, educação, meio ambiente, trabalho e assistência social. E para atingir os resultados esperados nas áreas mencionadas, objetivando as necessidades da sociedade, e principalmente resolver conflitos eventuais, os governos se utilizam da Política.

Rua (2012, p. 231) afirma que, “A administração do conflito é resolvido por dois meios: a coerção ou a política”.

Secchi (2010, p. 2) reforça o pensamento quando fala que a política é a ferramenta para resolução pacífica de conflitos entre os diversos componentes da sociedade definida como uma diretriz elaborada para resolver problemas públicos. E afirma ainda que: “Políticas Públicas é uma orientação à atividade ou passividades de alguém”.

Segundo Rua (2012, p. 231), as políticas públicas (*policies*) são o resultado da atividade política, e normalmente, envolvem mais do que decisão, requerendo diversas ações estrategicamente selecionadas para programar as tomadas de decisões. E acrescenta ainda, que não é pelo “tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo”. Em suma tornam-se públicas porque são ações revestidas da autoridade soberana do poder público.



É certo que as ações prioritárias dos dirigentes públicos, quer sejam governantes ou meros tomadores de decisões, serão as que eles entendem por demandas ou expectativas da sociedade, de modo a garantir visibilidade política. O que se faz crê que, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela própria sociedade. Tal fato ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral, organizada, articuladas por meio das Associações Comunitárias e outras representações da Sociedade Civil, bem como a participação nos Conselhos Municipais, apenas fazem solicitações, pedidos aleatórios e isolados aos seus representantes os seus representantes políticos, e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República para que atendam as demandas da população. Estes grupos, melhor denominados por atores políticos (*stakeholders*), indispensáveis no processo de formulação das políticas, que integram o Sistema Político, sejam apresentados reivindicações ou execução de ações, aptas a serem transformadas em Políticas Públicas.

## **2.1 Políticas Públicas de Assistência Social**

A Política Nacional da Assistência Social surgiu em nosso país a partir da necessidade do combate a pobreza e desigualdades sociais advindas de um capitalismo ferrenho que atingia não só a população tida como pobre (pedintes, subnutridos, analfabetos), ou seja, em estado de vulnerabilidade social quanto outros segmentos da população (trabalhadores desempregados) correndo “risco social”, ou seja, risco do estado de vulnerabilidade social, tendo como marco a Constituição Federal de 1988.

A política de assistência social no Brasil almeja o enfrentamento das desigualdades sociais, pobreza e outras formas de vulnerabilidades, sendo pautada nas necessidades reais de cada família e respectivos membros.

A centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da Política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. (PNAS, 2004, p. 14).

A organização da Assistência Social tem suas diretrizes baseadas na Constituição Federal de 1988, arts. 203 e 204, e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que afirmam sobre o dever da União, dos Estados e Municípios em assegurar a Política Pública de Assistência Social que tem por objetivo promover os mínimos sociais como direito aos cidadãos.

A Assistência Social direito do cidadão e dever do Estado são política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Art. 1º da LOAS)

A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, ao considerar a apresentação da proposta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), após realização de reuniões descentralizadas e Ampliadas do Conselho.

A aprovação da PNAS possibilitou normatizar princípios e objetivos a serem alcançados para a efetivação de ações que garantam os mínimos sociais, realizando a promoção social dos cidadãos, no enfrentamento às vulnerabilidades.

Para melhor executar a Política Nacional de Assistência Social, foi criado o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que organiza de forma descentralizada os serviços, projetos e programas, e ainda estabelece níveis de proteção, formas de financiamento e de gestão.

O SUAS observa os seguintes níveis de gestão quer seja inicial, básica e plena, e os níveis de proteção Social Básica e Social Especial (média e alta complexidade).

Diante dessa nova estruturação, criou-se o Plano Municipal de Assistência Social; o Fundo Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social como sendo os principais instrumentos para implementação da Política de Assistência Social nos Municípios.

O Sistema deixou de ser apenas uma orientação para os municípios e tornou-se obrigatório, a partir da sanção da Lei Federal nº 12.435/2011, que ao mesmo alterou alguns dispositivos da Lei Orgânica de Assistência Social. A obrigatoriedade visa ao fortalecimento do SUAS e à garantia de direitos para os usuários da Política de Assistência Social, bem como aparece na forma de estratégia para o grande desafio que é a consolidação da rede de atendimento socioassistencial no País.

Criou-se também o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) que é um órgão colegiado, deliberativo, de caráter permanente, tem sua composição e competência fixados em lei, reunindo representantes do governo e da sociedade civil, sua criação está definida na LOA.

Funciona como uma Instância local de Controle Social (ICS), juntamente com a Conferência Municipal de Assistência Social, realizada a cada quatro anos, organizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

O CMAS tem por competência a formulação de estratégias e de controle da execução da Política de Assistência Social, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, bem como de estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sociais públicos e privados no Município, referente à área de Assistência Social.

A atual política tem por diretrizes, enfatizar que não há Assistência Social sem funcionamento do CMAS, uma vez que é responsável por analisar e aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, no qual estarão descritas as previsões de gastos, ações e justificativas para sua execução.

O Conselho ainda é responsável pelo registro e fiscalização das entidades não governamentais de Assistência Social existentes nos Municípios, bem como os convênios firmados com as referidas entidades, acompanhando todos os repasses de recursos oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social, com a solicitação mensal de relatórios financeiros para a devida prestação de contas e dar parecer de regularidade das mesmas.

Já o Plano Municipal de Assistência Social, também previsto na LOAS, é obrigatório para a gestão da Assistência Social nos municípios formatando todo um processo de planejamento, uma vez que resulta nas previsões das ações, inclusive a serem inseridas no orçamento e destinação de recursos pela gestão da política de assistência social, pelo fato da obrigatoriedade do Estado em oferecer a proteção social ao povo independentemente de contribuição previdenciária, devidamente regulamentada por legislação.

A Assistência Social é a política social que prevê o atendimento das necessidades básicas traduzidas em proteção à família, à maternidade, à adolescência, à velhice e a pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social. (ART.4º DO DECRETO Nº 612 DE 21/07/92)

A assistência social tem como grande desafio a contínua parceria com as demais políticas setoriais e com a sociedade objetivando a consolidação de uma grande rede profissional de assistência, com financiamento adequado para a garantia dos serviços com qualidade capazes de aprimorar a qualidade de vida dos grupos vulneráveis, bem como o desenvolvimento local integrado de modo a responder aos desafios demográficos, econômicos e sociais no Brasil a começar pelos municípios.

Uma vez que o município devido à descentralização das políticas públicas, redefinição das atribuições dos níveis governamentais, e mudanças significativas quanto à gestão das políticas sociais, propiciadas pela Constituição de 1988 passaram a serem reconhecidos como entes federativos independentes com capacidade de organizar e prestar diferentes tipos de serviços públicos de interesse local, fazendo uso da articulação intersetorial. Recebendo do nível federal a orientação quanto às responsabilidades e regalias na gestão dos programas socioassistenciais, e provisão da proteção social aos munícipes.

### 3 CAPÍTULO II – PROTEÇÃO SOCIAL

A Proteção social nas últimas décadas têm suscitado inúmeros debates no cenário nacional, pelo fato de desde os anos de 1980, ser tema relevante quanto as ciências sociais que conseguem mobilizar estudiosos e gestores da políticas públicas bem como atores políticos e sociais, com o o pensamento da criação de um sistema de proteção social público.

A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais. (JACCOUD, 2009, p. 58)

Jaccoud (2009, p. 58), afirma que a proteção social no Brasil, não se limitou apenas as regulamentações de instituições contitucionais, que o Estado brasileiro a partir de 1990, com ênfase em 2000, ampliou as políticas sociais, como respostas aos problemas sociais impostos à agenda pública. Fato esse, fez com o que o sistema brasileiro de proteção social fosse organizado por três pilares, a política de previdência social, política de assistência social, e a política da Saúde.

Ressalta ainda que, é importante pensar, falar em um sistema de proteção social de modo que se amplie a análise sobre as políticas sociais identificando as características comuns e buscando compreender de maneira integrada a oferta de serviços e os respectivos impactos sociais. E ainda, que o todo o esforço estatal no campo da proteção social tem sido reconhecido em nosso País como um sistema que foi constituído de um conjunto articulado de políticas, estruturação de programas e políticas abrangentes com caráter permanente, captadoras de recursos humanos, instituições e fontes de recursos financeiros estáveis. Tudo por acreditar que com tais iniciativas seja possível formar um grupo, mesmo que incompleto, heterogêneo e até muitas vezes ineficazes, que possibilitaram ao país, com especial atenção aos municípios, o sistema de proteção amplo e com impacto efetivo com a superação das desigualdades.

### 3.1 Proteção Social Básica

A proteção social da assistência social foi hierarquizada em proteção básica, que trata da prevenção e proteção básica especial trata do reestabelecimento de vínculos. Para que com as ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) possa alcançar o desafio de prevenir e reduzir o impacto dos problemas sociais, bem como os naturais ao ciclo da vida, com reflexo à dignidade humana e à família como a base central de sustentação biológica, relacional e afetiva.

O grande desafio da proteção social básica (PSB), é a prevenção das situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades, aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ou seja, ausência de fonte de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, fragilização dos vínculos afetivos, dentre outros.

A referida proteção social compõe o gestão básica do SUAS, e neste nível de gestão, os gestores assumem a responsabilidade de organizar a proteção básica no município, de modo a prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, por meio da oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários aptos a oferta aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda, com o foco na garantia de direitos violados no territórios.

É disponibilizado para a Gestão instrumentos como o Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social, com o aporte financeiro de recursos próprios incluído no orçamento municipal.

Os Recursos financeiros que são repassados para o financiamento dos programas federais da assistência social e manutenção dos centros de referência social, na forma de pisos básicos (fixos e variáveis) como cofinanciamento das ações e podem ser realizados automaticamente, fundo a fundo, por convênios, transferências mensais, regulares e automáticas.

A gestão eficaz dos recursos, constitui-se como um desafio, pois não são suficientes, para custear os programas do Suas executados no município, que demandam de equipes para atendimento às necessidades locais, manutenção de estrutura física dos equipamentos sociais, meios de locomoção de técnicos nas visitas domiciliares e busca ativa, etc. E que como solução busca complementar com recursos municipais próprios, a serem previamente estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na LOA do município.

O gestor terá ainda como responsabilidade de fazer atualização constante dos subsistemas da Rede Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Cadastro Único por se tratarem de instrumentos que registram e identificam as famílias de baixa renda, bem como a elaboração e o preenchimento do Plano de Ação Municipal no sistema SUAS – *Web* – ferramenta desenvolvida para que através da internet fazer o controle das transferências automáticas dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais e Estaduais de Assistência Social.

Os municípios que desenvolvem a gestão básica da assistência, priorizam a estruturação Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como o próprio nome define como um equipamento social de referência da assistência, onde as equipes da proteção social básica, poderam ofertar os serviços socioassistenciais.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (PNAS, 2004, p. 36)

No entanto, a implantação de um CRAS dependerá da área de maior vulnerabilidade social e do porte do município, estabelecido pela Política Nacional da Assistência Social, que se segue:

- Municípios de pequeno porte 1 – entende-se por município de pequeno porte 1, aquele cuja população chega a 20.000 habitantes (mínimo de 01 CRAS para 2.500 famílias em média);

- Municípios de pequeno porte 2 – entende-se por município de pequeno porte 2, aquele cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes (mínimo de 01 CRAS para atender até 3.500 famílias);
- Municípios de médio porte – entende-se por municípios de médio porte aqueles cuja população está entre 50.001 a 100.000 habitantes (mínimo de 2 CRAS para atender até 5.000 famílias);
- Municípios de grande porte – entende-se por municípios de grande porte aqueles cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (mínimo de 4 CRAS para 5.000 famílias);
- Metrôpoles – entendem - se por metrópole os municípios com mais de 900.000 habitantes (mínimo de 8 CRAS sendo 01 CRAS para até 5.000 famílias).

Espera-se com está classificação obter e repassar ao SUAS, informações quantitativas e qualificativas necessárias quanto as ações e serviços da proteção básica a serem ofertadas nos municípios, bem como orientar o desenvolvimento da Política de Assistência Social.

O principal desafio da proteção social básica consiste em executar os programas de transferência de renda e de qualificação profissional de modo eficaz com o objetivo de erradicar a pobreza nos municípios, para tanto desempenha os seguintes serviços e programas:

- Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF);
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
- Centros de Convivência para Idosos;



- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Todos estes programas são ofertados a população nos CRAS, preparados para atender a procura espontânea dos interessados, de encaminhamento realizado pela rede socioassistencial ou pelos serviços de outras políticas públicas como saúde, educação, esportes, dentre outras políticas, e em alguns casos faz-se a busca ativa por intermédio de técnico da assistência. Com adesão de algum programa os usuários, ou famílias beneficiárias devem ser acompanhados e realizados registro e controle dos serviços do CRAS e posteriormente informado ao sistema Suas.

Os gestores investem na gestão participativa, com articulação constante junto aos demais segmentos da administração pública, firmando parcerias por de convênios e pactos de cooperação, com a iniciativa privada, organizações não governamentais e sociedade civil. Por acreditar que todo esforço é válido de ante ao grande desafio, como o de promover a erradicação do estado de pobreza, instalação do estado de igualdade e bem-estar social, dentre outros desafios, que vem sendo progressivamente consolidado com os programas sociais.

Reconhecidos como instrumentos de relevante importância e responsabilidade para os gestores, gerentes sociais para alcance dos objetivos indiferentes do desafio.

A gerência por si só não solucionará os agudos problemas de pobreza e desigualdades. Encará-los implica trabalhar em múltiplos planos. Um dos mais relevantes é desenvolver uma ampla negociação, acordos sociais para alcançar as profundas transformações necessárias. Porém, os mais imaginativos desenhos de política fracassarão se não se conta com administrações públicas eficientes e uma sólida gerência social que garanta a aplicação desses desenhos. (FILGUEIRAS *apud* KLIKBERG, 2003, p.133)

## **4 CAPÍTULO III APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA**

Adotou-se a pesquisa qualitativa, pois segundo Lüdke e André (1986, p. 13), a pesquisa qualitativa "envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes".

### **4.1 Perfil do município objeto da pesquisa**

O município integra a Região Metropolitana de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, constituído por serras, sertão e praias, em uma distância de 15 km da referida capital, detentora do 3º maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado. Possui área territorial de 1.228,506 km<sup>2</sup>, organizada em 08 (oito) distritos, e conforme dados do IBGE, ano 2010 revelam que o município tem cerca de 325 mil habitantes, dos quais 290 mil residiam na zona urbana e apenas 35 mil na zona rural, perfazendo uma densidade populacional de 258 hab./ km<sup>2</sup>, com índice de desenvolvimento humano na ordem de 0,682. Caracteriza-se como de grande porte, disponibilizando de 09 (nove) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), localizados nos territórios Sede e Distritos com respectivas áreas de abrangência.

O trabalho de pesquisa tem como instrumentos para a coleta de dados, o levantamento bibliográfico, a entrevista, a observação direta e a aplicação de questionários.

Os sujeitos da pesquisa foram assistentes sociais e bem como gestores da assistência social e coordenadores dos programas sociais, todos, vinculados a Prefeitura Municipal objeto da pesquisa.

O universo compreende a totalidade dos gestores, coordenadores e profissionais que atuam no contexto do SUAS, sendo 02 gestores, 02 coordenadores e 06 profissionais de nível superior assistentes sociais.

A amostra da pesquisa compreende: 02 gestores, 02 coordenadores e 06 profissionais de nível superior.

#### **4.2 Diagnóstico acerca dos serviços e programas de assistência social no município pesquisado**

A partir dos dados coletados na aplicação dos questionários com os sujeitos da pesquisa acima discriminados, destacam-se as seguintes informações:

Ao questionarmos sobre as políticas públicas de maior relevância para o município 100% informaram que as políticas que mais tem contribuído para o município são assistência social, saúde, educação e habitação.

- Sobre a forma a política nacional da assistência social está sendo empregada no município 90% considera satisfatória.
- Quanto a gestão do SUAS no município, 90% optaram por satisfatória.
- Sobre as principais ações do SUAS, tiveram destaques as seguintes ações: Organizar os serviços socioassistenciais;
- Articular as diferentes esferas de governo;
- Estimular a participação e o controle social.

Quanto aos programas sociais do governo, quais os programas que evidentemente tem contribuído para o desenvolvimento social no município:

- Programa de Atenção Integral as Famílias (PAEF);
- Programa Bolsa Família;

- Segurança Alimentar (PAA);

Ao questionar a avaliação sobre a utilização da Proteção Social Básica para efetivação da Política Pública de Assistência Social no município de Caucaia, 100% afirmou satisfatória.

Dentre os serviços e benefícios ofertados na Proteção Social Básica, quais os que mais têm se destacado e contribuído para a gestão municipal, são:

- Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), porque articula as famílias para o fortalecimento dos vínculos.

Diante do segundo questionamento (Qual ou quais os Desafios da Gestão da Proteção Social Básica em nosso Município?), enfatiza-se o seguinte resultado:

- Complementar equipe técnica de referência;
- Capacitar equipe técnica de referência;
- Fortalecer articulação entre Proteção Básica e Especial;
- Melhor Operacionalização do SUAS;
- Fortalecimento da Rede socioassistencial.

Por consenso os entrevistados apontarão como maior desafio da gestão da proteção social básica é a operacionalização do SUAS, de modo que possibilite o fortalecimento do trabalho em Rede.

Como destacou a Diretora da Proteção Social Básica e Especial, Cristina Cordeiro, que na entrevista afirmou:

- *Em rede um serviço não é mais importante que outro, eles se completam ou se incompleta enquanto já encaminham para um terceiro ou quarto proteção*

*social básica, especial de média e alta complexidade, política de saúde, educação, segurança, habitação, segurança alimentar em fim todos precisam estar aptos a atender os usuários que delas necessitam dando respostas aos encaminhamentos anteriormente enviados.*

### **4.3 Conclusão da Pesquisa**

Mediante as informações coletadas na pesquisa, percebe-se que os avanços da política de assistência social são perceptíveis no município objeto de estudo, já que os programas criados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) estão sendo implementados de modo satisfatório e em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

No entanto, pelo fato que esta política encontra-se em uma fase constante de estruturação e consolidação, pode ser afirmado que a política pública de assistência social a nível nacional é recente e está em constante reformulação, inclusive garantir por meio das Conferências de Assistência Social, que acontecem em todos os municípios do nosso país, de onde saem às propostas a serem discutidas e analisadas em nível federal, tem conseguido ampliar e melhorar esta política pública, a medida que constituem-se espaços de diálogo e discussão entre governo, onde gestores e trabalhadores do SUAS, que inclui os técnicos de assistência social e sociedade civil.

Assim, é possível afirmar que a assistência social é uma política que está se consolidando e alcançando os seus objetivos, devido à participação de todos: governo, sociedade civil, cidadãos usuários e beneficiários dos programas, serviços e benefícios sociais, e ainda, dos profissionais que tem se comprometido com responsabilidade pela sua prática profissional diária na base.

Em particular, no município onde foi realizada a pesquisa, observa-se que há apesar dos avanços há muito que se fazer, a exemplo, o melhoramento da rede socioassistencial em pleno funcionamento, nos equipamentos sociais de referência.

## **CONCLUSÃO**

A assistência social como política pública tem como grande desafio a contínua parceria com as demais políticas setoriais e com a sociedade civil mantendo como premissa o bem-estar social por meio da consolidação de uma grande rede profissional de assistência, com financiamento adequado para a garantia dos serviços de proteção social eficientes, capazes de aprimorar a qualidade de vida dos grupos vulneráveis, bem como o desenvolvimento humano e local, com a integração devida, a dar condições aos gestores responder aos demais desafios de aspectos demográficos, econômicos e sociais dos municípios, com reflexo direto no cenário nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ATLAS BRASIL.** Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil\\_print/caucaia\\_ce](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/caucaia_ce)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS,** Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS,** Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, publicada no dou 28/10/2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,** Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: MDS, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. **Orientações para Conselheiros da Área de Assistência Social/** Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

CEFET. **Projetos Sociais.** Disponível em: <<http://www.cefetce.br/extensao/projetos-sociais.html>> Acesso em: 22 fev. 2014.

**DIÁRIO DO NORDESTE.** Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/porto-do-pecem-aumenta-vantagens-economicas-em-caucaia-e-s-goncalo-1.794842>> . Acesso em: 17 jul. 2014.

**GOVERNO ESTADO DO CEARÁ.** Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/?secretaria=STDS&endereco=http://www.stds.ce.gov.br/->>>. Acesso em: 20 set. 2013.

**IBGE.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão social da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: UNESCO, 2009.

KLIKBERG, Bernardo: tradução de Sandra Trabuco Valenzuela. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPPU, 1986.

**MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em: 09 set. 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 2. ed. Reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos**